



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO

Câmara Municipal de  
São Francisco do Guaporé-RO  
Secretaria Legislativa

Mensagem nº 133 2023

Assunto: atualização do subsídio dos Secretários; dos Secretários Adjuntos e do Controlador Geral do Órgão de Controle Interno

23 JUN. 2023

Doc. Recebido

às \_\_\_\_\_ horas

Ass. \_\_\_\_\_

Senhores Vereadores,

Nobres Edis,

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste encaminhar-lhes para a deliberação a presente matéria legislativa perante essa r. Casa de Leis que apresenta a vertente proposição dispondo sobre a recomposição do subsídio dos Secretários; dos Secretários Adjuntos e do Controlador Geral do Órgão de Controle Interno do Município de São Francisco do Guaporé.

A Constituição Federal, no inciso X, do art. 37, preceitua que “a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.

*“O dispositivo em tela é claro ao estabelecer que a revisão geral anual constitui direito subjetivo dos servidores públicos e agentes políticos, tendo como objetivo atualizar o valor do poder aquisitivo, vale dizer, atualizar o valor nominal da remuneração ou subsídio em decorrência da desvalorização ocorrida pela perda inflacionária.”<sup>1</sup>*

Desta feita, em atendimento ao princípio constitucional da simetria e isonomia devem ser recompostos os subsídios dos Secretários; dos Secretários Adjuntos e do Controlador Geral do Órgão de Controle Interno. De esclarecer que o índice de recomposição de 16,69% (dezesseis virgula sessenta e nove por cento) corresponde à inflação acumulada no período de 01/01/2021 a 31/12/2022, medida pelo INPC do IBGE<sup>2</sup>.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos autos da Consulta 747.843/2012, decidiu que:

“O período inflacionário a ser considerado na concessão da revisão pode abranger exercícios passados na hipótese de o ente federado não observar a periodicidade anual mínima prevista para o instituto. Nesse caso, a revisão deve ser concedida com base no período de inflação equivalente ao intervalo de tempo em que os agentes públicos permaneceram sem a atualização da sua remuneração.”

A regra constitucional do art. 37, X, da CR/88, estabeleceu a obrigatoriedade de o chefe do Executivo enviar um projeto de lei anual que garanta a recomposição do valor da remuneração dos servidores e dos subsídios dos agentes políticos. A anualidade da revisão

<sup>1</sup> <https://jus.com.br/artigos/67708/aplicabilidade-da-revisao-geral-anual-aos-veredores>

<sup>2</sup> <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7063#n1/all/n7/all/n6/all/v/68/p/202212/c315/all/d/v68%202/l/t+p+v,c315/resultado>



ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO

prevista no texto constitucional referido traduz, portanto, a possibilidade de recomposição do poder de compra da remuneração dos servidores e do subsídio dos agentes políticos em razão da inflação apurada no período mínimo de um ano. Este Tribunal já firmou o entendimento de que a recomposição do valor dos subsídios dos agentes políticos, pode ser feita anualmente, mediante prévia definição no ato normativo fixador da remuneração e com base em índice oficial de aferição de perda de valor aquisitivo da moeda, observando-se, ainda, os dispositivos constitucionais e legais.

Pela regra constitucional e pela legislação municipal, cargo de Secretário, Secretário Adjunto e do Controlador Geral do Órgão de Controle Interno, são tidos como cargos políticos, logo, deve ser aplicada a mesma regra a que se aplica ao Prefeito e Vice-Prefeito.

Repisa-se, os demais agentes públicos do Poder Executivo já tiveram a revisão geral anual por perca inflacionária e sendo utilizado o índice medido pelo INPC do IBGE no importe de 16,69% (dezesesseis vírgula sessenta e nove por cento), corresponde à inflação acumulada no período de 01/01/2021 a 31/12/2022.

Portanto, **Cultos Edis**, submetemos o presente projeto de Lei para que Vossas Excelências apreciem, **pugnando desde já pela sua aprovação**, uma vez cumpridas as regras legais e regimentais que o caso exige.

Edifício-Sede do Poder Executivo do Município de São Francisco do Guaporé,  
RO, 22 de junho de 2023.

  
Alcino Bilac Machado  
Prefeito municipal







ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ  
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2023

Dispõe sobre a atualização do subsídio dos Secretários; dos Secretários Adjuntos e do Controlador Geral do Órgão de Controle Interno.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo **art. 86, VII**, da lei Orgânica Municipal e demais dispositivos legais pertinentes,


**FAÇO SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ** Aprovou e Eu Sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, ficam atualizados no percentual de 16,69% (dezesseis virgula sessenta e nove por cento), o subsídio dos Secretários; dos Secretários Adjuntos e do Controlador Geral do Órgão de Controle Interno.

**Parágrafo único.** O percentual de que trata o caput deste artigo destina-se a recompor parte das perdas apuradas no subsídio dos agentes políticos aqui estabelecidos, relativas ao período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022, e segue idêntico percentual da revisão concedida aos Servidores do Município, sendo utilizado o índice medido pelo INPC do IBGE.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, **produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2023.**

Edifício-Sede do Poder Executivo do Município de São Francisco do Guaporé, RO, **22 de junho de 2023.**

  
**Alcino Bilac Machado**  
Prefeito municipal